BIBLIOTECA DAS CIÊNCIAS HUMANAS

1. O Político e o Cientista — **Max Weber**
2. Materialismo Dialéctico e Psicanálise — **W. Reich**
3. Sobre o Trabalho Teórico — **L. Althussen**
4. Novas perspectivas das Ciências Humanas — **Vários**

Louis Althusser

Sobre o Trabalho Teórico

Tradução de
JOAQUIM JOSÉ MOURA RAMOS

Editorial Presença

SOBRE O TRABALHO TEÓRICO

Dificuldades e recursos

Em breves páginas, gostaria de expor algumas das dificuldades que enfrenta todo o trabalho de exposição teórica dos princípios marxistas, antes de apontar os recursos, uns bem conhecidos, outros por vezes desconhecidos, que estão à nossa disposição.

Dificuldades

Por muito simples que seja a sua linguagem e clara a sua exposição, todo o tratado teórico marxista apresenta dificuldades específicas inevitáveis porque dizem respeito à natureza própria da teoria, mais precisamente, do *discurso teórico*.

A — *Dificuldade da terminologia do discurso teórico*

O marxismo é simultâneamente uma ciência (o materialismo histórico) e uma filosofia (o materialismo dialéctico). O discurso científico e o discurso filosófico têm exigências

próprias: utilizam palavras da linguagem quotidiana, ou expressões compostas, construídas com palavras da linguagem quotidiana, mas que funcionam sempre *de maneira diferente* do que na linguagem quotidiana. Na linguagem teórica, as palavras e expressões funcionam como *conceitos teóricos*. Isto implica muito precisamente que o sentido das palavras está nele fixado, não pelo seu uso corrente, mas sim pelas relações existentes entre os conceitos teóricos no interior do seu sistema. São estas relações que atribuem às palavras, que designam conceitos, o seu significado *teórico*. A dificuldade própria da terminologia teórica consiste pois em que, por de trás do significado usual da palavra, é sempre preciso discernir o seu significado *conceptual*, que é sempre diferente do seu significado usual. Ora, para o leitor não prevenido, esta dificuldade passa despercebida quando o termo teórico *reproduz* pura e simplesmente um termo usual. Por exemplo, todos pensam compreender imediatamente o que

Marx quer dizer quando emprega uma palavra tão corrente como a palavra *trabalho*. No entanto, é preciso um grande esforço para discernir, por detrás da evidência familiar (ideológica) desta palavra, o *conceito* marxista de trabalho, e mais ainda, para ver que a palavra trabalho pode designar *vários conceitos* distintos: os conceitos de processo de trabalho, de força de trabalho, de trabalho concreto, de trabalho abstracto, etc. ... Quando uma terminologia teórica é boa, isto é, bem determinada e bem referenciável, ela assume a função precisa de impedir as confusões entre o significado usual das palavras e o significado teórico (conceptual) das mesmas palavras. Desempenha este papel criando, antes de mais, *expressões compostas* que impedem esta confusão ideológica: tal como processo de trabalho, trabalho abstracto, modo de produção, relações de produção, etc. ... Em cada uma destas expressões só encontramos palavras vulgares, trabalho, concreto, abstracto, modo, produção, relações, etc. ... É a

sua *conjunção* particular que produz um significado novo, definido, que é o conceito teórico. Não pode haver discurso teórico sem a produção destas expressões específicas, que designam conceitos teóricos. Foi por isso que tivemos de propor, quando se tornou necessário, novas expressões para designar conceitos, indispensáveis para a definição do nosso objecto (ex. efeito de conhecimento, modo de produção teórico, etc. ...). Fizemo-lo com a maior prudência, mas era necessário fazê-lo.

B — *Dificuldade do discurso teórico*

A dificuldade da terminologia não é, em si, mais do que o indício de uma outra dificuldade, mais profunda, que diz respeito à natureza *teórica* do nosso discurso.

Que é um discurso teórico? Na sua significação mais geral é um discurso que tem por efeito o *conhecimento* de um objecto.

Para permitir a compreensão do que se seguirá, devemos dar aqui algumas precisões, antes dos desenvolvimentos teóricos que serão publicados ulteriormente.

Diremos que, no sentido exacto do termo, *não existem* senão objectos reais e concretos, singulares. Diremos, simultâneamente, que todo o discurso teórico tem por razão de ser última o conhecimento «concreto» (Marx) destes objectos reais e concretos, singulares. É assim que a história abstracta ou a história em geral não existem (no sentido exacto do termo), mas apenas a história real, concreta, desses objectos concretos que são as formações sociais concretas, singulares, cuja existência podemos observar na experiência acumulada da humanidade. É assim que a produção em geral, a produção abstracta, não existe (Marx), mas apenas esta ou aquela conjunção-combinação concreta-real de modos de produção hierarquizados nesta ou naquela formação social determinada: a França de 1848 (Marx: *o 18 do Brumário, Lutas de clas-*

ses em França); a Rússia de 1905 ou de 1917 (Lenine), etc. Todo o conhecimento, portanto todo o discurso teórico, tem por fim último o conhecimento destes objectos reais, concretos, singulares: quer a sua individualidade (a estrutura de uma formação social), quer os modos desta individualidade (as conjunturas sucessivas nas quais *existe* esta formação social).

No entanto, e é este o ponto decisivo, sabemos que o conhecimento destes objectos concretos, reais, singulares, não é um dado imediato, nem uma simples abstracção, nem a *aplicação* de conceitos gerais a dados particulares. Estas são as posições do empirismo e do idealismo. O conhecimento destes objectos reais, concretos, singulares, é o resultado de todo um *processo* de produção de conhecimento, cujo resultado é aquilo a que Marx chama «a síntese de uma multiplicidade de determinações», sendo esta síntese o «conhecimento concreto» de um objecto concreto (*Introdução* de 1857). Em que consiste aquilo

a que Marx assim chama «síntese»? E que são estas «determinações»?

Esta síntese consiste na combinação-conjunção exacta de *dois tipos* de elementos (ou determinações) de conhecimentos, a que chamaremos, por agora e para tornar clara a nossa exposição, elementos *teóricos em sentido estrito* e elementos empíricos ou, por outras palavras, conceitos *teóricos* (em sentido estrito) e conceitos *empíricos* [1].

Os conceitos teóricos (em sentido estrito) dizem respeito às determinações ou objectos abstractos-formais. Os conceitos empíricos dizem respeito às determinações da singularidade dos objectos concretos. Assim, diremos que o conceito de *modo de produção* é um conceito teórico, e que se refere ao modo de produção em geral, que não é um objecto *exis-*

---

[1] Utilizamos *provisòriamente* a expressão *conceito empírico*. Posteriormente substituí-la-emos por uma denominação diferente, mais adequada.

tente no sentido estrito, mas que é indispensável para o conhecimento de toda a formação social, dado que toda a formação social é estruturada pela combinação de vários modos de produção. Da mesma maneira, diremos que o conceito de modo de produção *capitalista* é um conceito teórico, e que se refere ao modo de produção capitalista em geral, que não é um objecto existente no sentido estrito (o modo de produção capitalista não existe em sentido estrito; apenas existem formações sociais em que domina o modo de produção capitalista), mas que, no entanto, é indispensável ao conhecimento de qualquer formação social sob a dominação do dito modo de produção capitalista, etc. O mesmo acontece para todos os conceitos teóricos de Marx: modo de produção, forças produtivas (ou relações técnicas de produção), relações sociais de produção, instância do político, do ideológico, o conceito de articulação das instâncias, o conceito de formação social, o conceito de conjuntura, o conceito de prática, de teoria, etc. Estes conceitos não nos dão o conhecimento das determinações ou elementos (diremos *objectos*) *abstractos-formais* que são indispensáveis para a produção do conhecimento concreto dos objectos concretos. Ao dizer que estes objectos são *abstractos-formais,* não fazemos mais do que fazer uso da terminologia empregada pelo próprio Marx que, em *O Capital,* se move na «abstracção» e produz o conhecimento de «formas», e de «formas complexas».

Os conceitos empíricos dizem respeito às determinações da singularidade dos objectos concretos, quer dizer, ao facto de determinada formação social apresentar esta ou aquela configuração, determinados traços, determinadas disposições singulares, que a qualificam como *existente.* Os conceitos empíricos acrescentam, pois, algo de essencial aos conceitos estritamente teóricos: precisamente as determinações da existência (em sentido estrito) dos objectos concretos. Poder-se-á pensar que, através da oposição que acabámos de expor,

reintroduzimos, sob os conceitos teóricos, algo que se assemelha ao empirismo: precisamente os conceitos *empíricos*. Esta denominação (que para evitar qualquer equívoco será modificada nos trabalhos ulteriores) não deve induzir-nos em erro. Os conceitos empíricos não são *dados* puros, decalque puro e simples, pura e simples leitura imediata da realidade. Eles próprios são o resultado de todo um processo de conhecimento, comportando vários níveis ou graus de elaboração. Exprimem, evidentemente, a exigência absoluta de que nenhum conhecimento concreto pode prescindir da observação e da experiência e, portanto, dos seus dados (é o aspecto que corresponde às gigantescas investigações empíricas, referentes aos «factos», de Marx, Engels e Lenine, e às *investigações* e *inquéritos* concretos a que todos os dirigentes do movimento operário submeteram toda a «análise concreta de uma situação concreta»), mas simultâneamente são irredutíveis aos puros dados de uma pesquisa empírica imediata.

Com efeito, uma pesquisa ou uma observação nunca é passiva: só é possível sob a direcção e o controlo de conceitos teóricos que nela agem, quer directa, quer indirectamente, nas suas regras de observação, de selecção e de classificação, na montagem *técnica* que constitui o campo da observação ou da experiência. Uma pesquisa e uma observação, em suma, uma experiência, não fornecem pois, inicialmente, mais do que *materiais* que depois são transformados em *matéria-prima* de um trabalho ulterior de transformação que finalmente vai produzir os conceitos *empíricos*. Com a expressão *conceitos empíricos* temos em vista não o *material* inicial, mas o resultado das suas elaborações sucessivas; temos pois em vista o resultado de um processo de conhecimento, ele próprio complexo, em que o material inicial, e depois a matéria-prima obtida são transformados em conceitos empíricos pela intervenção de *conceitos teóricos,* quer directamente, quer presentes e aplicados nesta elaboração sob a forma de

montagens experimentais, regras de método, regras de crítica e de interpretação, etc. (2)

A relação dos conceitos teóricos com os conceitos empíricos não é pois, em caso algum, uma relação de exterioridade (os conceitos teóricos não são «reduzidos» aos dados empíricos), nem uma relação de dedução (os conceitos empíricos não são deduzidos dos conceitos teóricos), nem uma relação de inclusão (os conceitos empíricos não são a *particularidade* complementar da *generalidade* dos conceitos teóricos, como casos particulares destes). Digamos antes (num sentido próximo da expressão de Marx sobre a «realização da mais-valia») que os conceitos empíricos «realizam» os conceitos teóricos no conhecimento concreto dos objectos concretos. A dialéctica desta «realização», que não tem nada a ver

(2) A história concreta, ou empírica, a sociologia empírica, as «análises concretas das situações concretas» efectuadas pelos partidos comunistas, oferecem-nos o exemplo deste trabalho de elaboração.

com o conceito hegeliano da «realização» especulativa da Ideia no concreto, merece evidentemente longos esclarecimentos, que só podem ser produzidos na base de uma teoria da prática das ciências e da sua história. De qualquer modo, podemos dizer que o conhecimento concreto de um objecto concreto se nos apresenta como a «síntese» de que fala Marx: síntese dos conceitos teóricos (em sentido estrito) necessários, combinados com os conceitos empíricos elaborados. Como vemos, não existe conhecimento concreto de um objecto concreto sem o recurso obrigatório ao conhecimento destes objectos específicos que correspondem aos conceitos abstractos-formais da teoria em sentido estrito.

Por agora estas precisões bastam-nos para introduzir uma distinção importante entre os objectos possíveis de um discurso teórico. Se conservarmos a distinção que acabámos de operar entre os objectos abstractos-formais e os objectos concretos reais, podemos dizer que um discurso teórico pode, consoante o seu

nível, referir-se quer a objectos abstractos e formais, quer a objectos concretos e reais.

Por exemplo a análise *científica* de uma realidade histórica concreta, a formação social francesa em 1966, constituirá um discurso teórico em sentido geral dado que nos fornece um conhecimento. Mas dir-se-á que, neste caso, o discurso se refere a um objecto *real-concreto*. Pelo contrário, o *Capital* de Marx analisa não uma formação social (uma sociedade real concreta), mas sim *o modo de produção capitalista:* dir-se-á que ele se refere a um objecto *formal ou abstracto*. Podemos conceber um grande número de discursos teóricos que se refiram a objectos formais ou abstractos: por exemplo ao conceito de modo de produção, às instâncias que constituem um modo de produção (ao económico, ao político, ao ideológico); às formas de transição de um modo de produção para outro, etc., etc. ... Um discurso sobre os princípios gerais da teoria marxista refere-se também a um objecto formal ou abstracto: refere-se não a um determinado objecto concreto (determinada formação social, determinada conjuntura da luta de classes), mas a princípios, isto é a conceitos teóricos do marxismo, e portanto a objectos *formais-abstractos*.

Se todos os discursos que produzem o conhecimento de um objecto podem ser ditos, em geral, *teóricos*, precisamos portanto de fazer uma distinção de grande importância: entre os discursos referentes a objectos reais-concretos por um lado, e os discursos referentes a objectos formais-abstractos por outro. Convirá chamar discursos teóricos, ou *teoria, em sentido estrito,* aos discursos referentes a objectos formais-abstractos. Esta distinção é necessária: por um lado os primeiros discursos (concretos) supõem a existência dos segundos (abstractos) e por outro lado o *alcance* dos segundos discursos (abstractos) ultrapassa infinitamente o objecto dos primeiros. Podemos fàcilmente verificá-lo tomando o exemplo do discurso teórico de Marx em *O Capital*. A *teoria* do modo de pro-

dução capitalista (objecto formal-abstracto), teoria em sentido estrito, permite, com efeito, o conhecimento de um grande número de objectos reais-concretos, neste caso o conhecimento de todas as formações sociais, de todas as sociedades reais, estruturadas pelo modo de produção capitalista. Pelo contrário, o conhecimento (concreto) de um objecto real (exemplo: a França em 1966) não permite *ipso facto* o conhecimento de um outro objecto real (a Inglaterra de 1966), a não ser que se recorra à *teoria,* em sentido estrito, do modo de produção capitalista, isto é, a não ser que se extraia do primeiro conhecimento concreto o conhecimento abstracto que ele contém.

Destas considerações certamente difíceis, mas que esperamos sejam claras, podemos tirar duas conclusões.

A primeira é que um discurso sobre os princípios gerais do marxismo é, nos seus próprios limites, um discurso *estritamente teórico,* dado que se refere não a um determinado objecto real-concreto (por exemplo: a

luta de classes em França, ou a história do «culto da personalidade», etc.), mas sim a um objecto formal-abstracto: os princípios fundamentais do marxismo, considerados independentemente de qualquer objecto real-concreto.

A segunda é que o que caracteriza a *teoria em sentido estrito* é o facto de ela se referir precisamente a um objecto, ou a objectos *formais-abstractos,* isto é, de produzir não o conhecimento «concreto» de objectos reais-concretos, mas o conhecimento de objectos formais-abstractos, ou teóricos em sentido estrito, de conceitos, de relações e sistemas conceptuais teóricos, que devem e podem intervir seguidamente no sentido de contribuir, numa grande fase, para o conhecimento dos objectos reais-concretos. Dizer que um conhecimento teórico, ou teoria em sentido estrito, se refere a objectos formais-abstractos, a conceitos e sistemas conceptuais teóricos, significa pois que ele possui a capacidade específica de fornecer os instrumentos teóricos

indispensáveis para o conhecimento concreto de toda uma série de objectos reais-concretos *possíveis*. Tendo por objecto objectos formais-abstractos, a teoria em sentido estrito diz no entanto respeito a objectos reais *possíveis*, a determinada formação social ou a determinada «situação concreta» (Lenine), actual, presente, aqui e agora, mas *também* a determinada formação social ou situação concreta passada, ou futura, num outro local, desde que estes objectos reais dependam dos conceitos abstractos da teoria considerada.

É precisamente nisto que reside a dificuldade da *teoria*. Não esqueçamos que, em sentido estrito, ela nunca se reduz aos exemplos reais evocados para a *ilustrar*, uma vez que ultrapassa todo o objecto real dado, uma vez que abarca todos os objectos reais *possíveis* que relevam dos seus conceitos. A dificuldade da teoria em sentido estrito reside pois no carácter abstracto e formal, não só dos seus conceitos, mas dos seus *objectos*. Fazer a teoria marxista em sentido estrito, definir os

princípios teóricos fundamentais do marxismo, é trabalhar sobre estes objectos abstractos, é definir objectos abstractos, por exemplo, os objectos abstractos seguintes: materialismo, materialismo histórico, materialismo dialéctico, ciência, filosofia, dialéctica, modo de produção, relações de produção, processo de trabalho, trabalho abstracto, trabalho concreto, mais-valia, estrutura do económico, do político, do ideológico, modo de produção teórico, prática teórica, formação teórica, união da teoria e da prática, etc., etc.

É claro que o conhecimento destes objectos formais-abstractos não tem nada de um conhecimento especulativo e contemplativo, concernente a ideias «puras». Pelo contrário, *só* tem em vista e *só* diz respeito aos objectos *reais, só* tem sentido porque permite forjar os instrumentos teóricos, os conceitos teóricos formais e abstractos, que permitem produzir o conhecimento dos objectos reais-concretos. É claro que este conhecimento dos objectos formais-abstractos não cai do céu, nem é fruto

do «espírito humano»: é o produto de um *processo de trabalho teórico,* está submetido a uma história material que comporta, entre as suas condições e elementos determinantes, as práticas não-teóricas (a prática económica, a prática política, a prática ideológica) e os seus resultados. Mas, uma vez produzidos e constituídos, estes objectos formais-teóricos podem e devem constituir o objecto de um trabalho teórico em sentido estrito, ser analisados, pensados na sua necessidade, nas suas relações internas, e desenvolvidos para que deles se extraiam todas as consequências, isto é, toda a riqueza.

Em *O Capital,* Marx deu-nos um exemplo de um trabalho com estas características: nesta obra, Marx analisa um objecto formal-abstracto (o modo de produção capitalista) desenvolvendo-lhe todas as «*formas*», extraindo dele todas as consequências. Foi porque Marx realizou este trabalho teórico, em sentido estrito, isto é, produziu o conhecimento de este objecto formal-abstracto que

é o modo de produção capitalista, de todas as suas «*formas*» e consequências, que podemos *conhecer* o que se passa nos objectos *reais,* nas formações sociais que relevam do modo de produção capitalista. É preciso ir ainda mais longe. Ao trabalhar sobre o objecto teórico, *modo de produção capitalista,* Marx trabalhou também, e ao mesmo tempo, sobre um objecto teórico mais geral: o conceito de *modo de produção,* o que nos permite trabalhar sobre este objecto, depois sobre outros objectos, cujo conhecimento ele tornou *possível,* a saber, outros modos de produção que não o modo de produção capitalista — sobre o modo de produção feudal, o modo de produção socialista, etc., e mesmo sobre um objecto requerido pelo pensamento de Marx, embora não abordado por ele, o conceito de *modo de produção teórica,* e os conceitos dependentes — desde que se tenha em conta que, trabalhando sobre estes conceitos de modos de produção, trabalhamos *ainda* sobre objectos formais-abstractos.

Tal é a dificuldade fundamental da *teoria*, e de todo o discurso teórico, em sentido estrito. Naturalmente, esta dificuldade fere o senso comum, dado que introduz uma inovação paradoxal: a ideia de que só se pode atingir o conhecimento dos objectos reais-concretos na condição de trabalhar também, e ao mesmo tempo, com objectos formais-abstractos. Assim, ela (a dificuldade) introduz a ideia de uma forma de existência específica: a dos objectos formais-abstractos, distinta da forma de existência dos objectos reais--concretos. Não é *fácil* conceber esta ideia que é a própria ideia da *teoria*, em sentido estrito, e sobretudo não é *fácil* tê-la em conta, prática e constantemente, na leitura de um texto teórico. É preciso um esforço real para resistir às tentações do empirismo, para o qual apenas existem objectos reais-concretos, para aceitarmos criticar as suas «evidências» ideológicas, para as criticarmos verdadeiramente, e para nos situarmos ao nível da *teoria*, isto é, dos seus objectos formais-abstractos.

C — *Dificuldade do método teórico*

Outra dificuldade própria da teoria reside, já não no seu objecto, mas na *maneira* como trata o objecto, isto é, no seu *método*. Com efeito, não basta que um discurso trate de um objecto teórico (formal-abstracto) para que possa dizer-se um discurso teórico, em sentido estrito. Um objecto teórico pode igualmente ser tratado, por exemplo, por um discurso ideológico ou pedagógico: o que distingue estes discursos são os *modos* de tratamento do seu objecto teórico, o seu *método*. Por exemplo, um discurso como o pequeno tratado de Staline (materialismo dialéctico e materialismo histórico) que desempenhou um papel muito importante, dado que durante dezenas de anos ensinou o marxismo a milhões de militantes, trata o seu objecto por um método pedagógico. Expõe bem os princípios fundamentais do marxismo, e de uma maneira geralmente correcta. Dá as definições essenciais e sobretudo faz as distinções essenciais.

Tem o mérito de ser simples e claro, portanto acessível às largas massas. Mas apresenta o grande defeito de *enumerar* os princípios do marxismo, sem mostrar a necessidade da «*ordem* de exposição» (Marx), isto é, sem mostrar a necessidade interna que estabelece a relação entre estes princípios, entre estes conceitos. Ora a ordem (de exposição), que liga os conceitos entre si, reside nas suas relações necessárias, e estas, nas suas próprias propriedades: esta ordem constitui o seu *sistema*, que investe cada um dos conceitos do seu verdadeiro sentido. Por exemplo, se a *distinção* entre a ciência (materialismo histórico) e a filosofia (materialismo dialéctico) marxistas está bem vincada no texto de Staline, a sua relação interna e a própria necessidade dessa relação não estão verdadeiramente pensadas e demonstradas. Por exemplo, se os princípios do materialismo e da dialéctica estão bem afirmados, a sua relação interna e necessária não está nem exposta, nem demonstrada no seu conteúdo específico.

Um método de exposição pedagógica pode certamente, por razões práticas *de facto*, deixar na sombra algumas destas relações e até mesmo o sistema necessário que interliga os conceitos e lhes dá sentido. Por razões de direito, um método de exposição teórico não pode fazer o mesmo. Deve *expor* com rigor a necessidade destas relações: é a sua razão de ser. Marx tinha perfeita consciência disto em *O Capital* quando diz que o «*método de exposição*», distinto do método de investigação (ou método de pesquisa e de descoberta), é parte integrante de todo o discurso científico (podemos acrescentar: e filosófico), isto é, de todo o discurso teórico.

A dificuldade de um discurso teórico em sentido estrito reside pois, por um lado, na natureza formal-abstracta do seu objecto, e por outro, no rigor da sua «ordem» isto é, do seu método de exposição. O que foi dito do objecto deve também ser dito do método: como o objecto, ele é necessàriamente formal-abstracto.

É claro que isto não significa que um discurso teórico deva permanecer constantemente ao nível da abstracção teórica. Pode ser ilustrado pelo maior número de exemplos «concretos» possíveis. Também neste aspecto Marx nos apontou a via, em *O Capital: ilustra* constantemente a sua análise do modo de produção capitalista com exemplos extraídos de um objecto real concreto: a formação social inglesa no século XIX. Temos o direito de recorrer a este método de ilustração, que é de boa pedagogia, e que, em certos casos, pode desempenhar um papel mais importante. Mas só podemos fazê-lo na condição de distinguirmos bem entre a análise teórica do nosso objecto teórico (abstracto) e todas as suas «ilustrações» concretas e de sabermos que o objecto da teoria no sentido estrito não pode *reduzir-se* aos objectos reais com que a ilustramos, nem *confundir-se* com eles.

Se não tivermos o cuidado de atribuir às ilustrações apenas a função que elas têm: simples ilustrações, e não conhecimentos concretos no sentido que com Marx definimos, arriscamo-nos, com efeito, a cair em equívocos como aquele (célebre) de que muitos historiadores são vítimas ao lerem *O Capital*. Um historiador propõe-se, com efeito, o conhecimento concreto de um objecto concreto: determinada formação social em determinada conjuntura ou na dialéctica das conjunturas que cobrem todo um período. Ora *aparentemente O Capital* comporta capítulos de história concreta: sobre o trabalho em Inglaterra, sobre a história da manufactura e da indústria, sobre a acumulação primitiva, etc. Podemos ser tentados a ver nele a teoria marxista da história, expressa em conceitos empíricos que seriam produzidos e expostos sob os nossos olhos. Ora se estes capítulos fascinaram os historiadores até este ponto, é precisamente por *não serem* capítulos de história concreta marxista, mas por se assemelharem às descrições cronológicas empíricas que tanto abundam na história ideológica vulgar. Com efeito, Marx não no-los apresenta como capítulos de

uma história marxista, mas como simples *ilustrações* de conceitos *teóricos:* os conceitos de mais-valia absoluta, de mais-valia relativa, e da origem não-capitalista do capitalismo. Nestes pseudo-capítulos de história concreta, limitou-se a dar-nos aquilo de que tinha necessidade: factos destinados a ilustrar, isto é, a dobrar na realidade empírica, um conceito (tal como o trabalho em Inglaterra) ou genealogias parciais (tal como a passagem à grande indústria ou a acumulação primitiva). São, como Balibar tão bem mostrou (³), elementos para uma história concreta, materiais ou matéria-prima para uma história marxista, mas não capítulos de história marxista. Se quisermos buscar exemplos de história concreta marxista, precisamos de ir buscá-los onde se encontram: nas obras históricas de Marx, ou nas análises históricas de Lenine, no *18 do Brumário*, etc., ou em *O Capitalismo*

(³) E. Balibar: *Lire de Capital*, II.

na Rússia e nas grandes análises políticas de 1917 a 1922. É assim que evitaremos confusões entre uma ilustração concreta de um conceito teórico e a história marxista.

D — *Última Dificuldade. A Novidade Revolucionária da Teoria*

Para terminar este capítulo da dificuldade, é necessário ainda dar uma última razão: a mais importante.

Um texto teórico sobre Marx comporta outra dificuldade para além da que se inscreve na natureza teórica do seu objecto e do seu método. Esta outra dificuldade é a novidade revolucionária da teoria *marxista.*

Acabámos de ver o perigo que ameaça as *palavras* empregadas por um discurso teórico: uma leitura rápida pode levar a crer que têm o mesmo sentido que na vida quotidiana, quando têm um sentido completamente diferente, o de um objecto formal-abstracto. Nestes dois casos, a especificidade da linguagem

teórica (terminologia) e do objecto teórico é reduzida e destruída pela intervenção das «evidências» familiares: as da ideologia «quotidiana», isto é, as da ideologia empirista.

Não nos iludamos: a teoria marxista não constitui excepção. Não são apenas os seus adversários declarados a afirmar que ela *não trouxe nada de novo;* são também os seus próprios partidários quando lêem os textos de Marx e quando «interpretam» a teoria marxista através das grandes «evidências» estabelecidas as das teorias ideológicas reinantes. Tomando apenas dois exemplos, os marxistas que lêem e interpretam *espontâneamente,* sem dificuldades, escrúpulos nem hesitação, a teoria marxista nos esquemas do *evolucionismo* ou do *«humanismo»,* estes marxistas declaram *de facto* que Marx não trouxe nada de novo, pelo menos no que respeita à filosofia e por consequência à ciência, na maneira de conceber os objectos teóricos, e portanto na sua estrutura. Estes marxistas reduzem a prodigiosa novidade filosófica do

pensamento de Marx a formas de pensamento existentes, correntes, «evidentes», isto é, às formas da ideologia teórica dominante. Para bem percebermos e concebermos a novidade revolucionária da filosofia marxista e das suas consequências científicas, é preciso resistir lùcidamente a esta redução ideológica, combater a ideologia que a suporta e enunciar o que verdadeiramente distingue o pensamento de Marx, o que faz dele um pensamento revolucionário não só na política, mas também na teoria.

É aqui que reside a dificuldade última. Pois não é fácil libertarmo-nos das «evidências» de ideologias teóricas como o evolucionismo ou o «humanismo» que há mais de 200 anos dominam todo o pensamento ocidental. Não é fácil dizer que Marx não era hegeliano (o hegelianismo é o evolucionismo do «rico»), que Marx não era evolucionista, que Marx não é teòricamente «humanista», não é fácil mostrar *positivamente em que é que* Marx, dado que não é nem hegeliano nem «huma-

nista», é algo de completamente diferente, que é preciso então *definir*. E quando tentarmos mostrá-lo, não é fácil fazê-lo compreender e admitir.

Todo o texto teórico, mesmo limitado, que trate dos princípios marxistas, comporta *inevitàvelmente* esta dificuldade de fundo. A menos que cedamos às falsas «evidências» das ideologias teóricas dominantes (quer se trate do evolucionismo, ou do humanismo, ou de outras formas de idealismo), e portanto que traiamos o mais precioso do pensamento de Marx, o que este pensamento tem de *teòricamente* revolucionário; nós devemos enfrentar esta dificuldade, e lutar contra as ideologias que não cessam de ameaçar o pensamento marxista para o asfixiar, reduzir e destruir. Não estamos perante uma dificuldade imaginária, mas perante uma dificuldade objectiva histórica, tão real no seu género como as dificuldades da prática revolucionária. O mundo não muda *fàcilmente* de «base», nem o mundo da sociedade, nem o mundo do pensamento.

Sabemos que, em primeiro lugar, é preciso uma revolução para que o mundo da sociedade «mude de base». Mas depois da revolução é preciso ainda uma luta extremamente longa e dura, no domínio do político e do ideológico, para estabelecer, consolidar e fazer triunfar a nova sociedade. O mesmo acontece para o mundo do pensamento. Depois de uma revolução teórica, é necessário ainda uma luta extremamente longa e dura no domínio do teórico e do ideológico, para estabelecer, fazer reconhecer e triunfar o novo pensamento, sobretudo tratando-se de um pensamento que funda uma nova ideologia e uma nova prática política. Enquanto esta longa luta não triunfar, a revolução na sociedade e a revolução no pensamento correm um grande risco: o de serem esmagadas pelo antigo mundo, e caírem directa ou indirectamente sob o seu jugo.

Compreender-se-á porque razão é necessário, ainda hoje, fazer um esforço para representarmos verdadeiramente, contra as antigas ideologias que tendem constantemente a

6

submetê-la à sua lei, isto é, a esmagá-la e a destruí-la, a revolução teórica que Marx realizou na filosofia e na ciência.

É por isso que, mesmo tendo em conta as suas falhas (erros, omissões, limites), toda a obra teórica terá também boas razões, inevitáveis e necessárias, de ser por vezes *difícil:* razões que residem, por um lado, na natureza teórica do seu objecto e do seu método, e por outro, na novidade revolucionária do pensamento de Marx.

Recursos

Mas aqui vai surgir outra questão. Quando nos propomos tentar definir e expor os princípios do marxismo, não pretendemos criá-los, mas retomá-los, analisá-los e desenvolvê-los. Para poderem ser submetidos à definição e à exposição, é preciso que estes princípios existam já, e que estejam, portanto, à nossa disposição.

Esta condição parece evidente. Reflectimos sobre aquilo que Marx nos deu. Diremos então que é suficiente, para falar dos princípios da teoria e da prática marxistas, ir «buscar» estes princípios *aonde se encontram:* na teoria marxista e na prática marxista.

Na sua simplicidade, esta resposta levanta,

no entanto, um determinado número de problemas importantes que se ligam à própria natureza dos princípios do marxismo.

1) Em primeiro lugar «iremos buscar» os princípios marxistas onde foram produzidos e expostos: nas obras teóricas de Marx e dos seus grandes discípulos.

Contudo, basta conhecer um pouco estas obras para nos darmos imediatamente conta de que a sua leitura levanta determinado número de dificuldades.

A primeira destas dificuldades diz respeito às obras do próprio Marx. Existem, com efeito, diferenças teóricas muito sensíveis entre as primeiras obras de Marx (as obras ditas «filosóficas» ou de «juventude») e obras posteriores como o *Manifesto*, *Miséria da Filosofia*, a *Contribuição à crítica da Economia Política*, *O Capital*, etc. ... Existem também, entre estes dois grupos de obras, sensíveis diferenças de *objecto*. Por exemplo, Marx fala frequentemente e directamente da filosofia e da ideologia nas obras de «Juventude» e na *Ideologia*

Alemã, mas pouco ou nada, no *Capital*. Se quisermos dispor dos princípios marxistas respeitantes à filosofia ou à ideologia, a que textos deveremos recorrer? Aos textos que, seja qual for a sua data, versam explícita e directamente sobre estes dois pontos, ou a outros textos ulteriores, mas que apresentam o grave inconveniente de se lhes referirem ao de leve ou de nem sequer lhes tocarem?

Para podermos «extrair» de Marx os princípios do marxismo, devemos pois ter colocado e resolvido este problema prévio: quais são os textos de Marx que podemos considerar *marxistas?* Ou melhor, devemos ter posto ao próprio Marx uma questão simples e natural: a partir de que altura, de que obra, Marx, que como qualquer intelectual burguês dos anos de 1840, pensou necessàriamente nos termos da ideologia (idealista) dominante, rompeu com ela, lançou os fundamentos da sua teoria revolucionária? Com efeito, é evidente que se tomarmos por marxistas o conteúdo e a letra dos textos anteriores a esta rotura e a esta

revolução, por exemplo, os textos idealistas e humanistas das obras de «juventude», somos fascinados pelo fetichismo da *assinatura* e ficamos aquém de Marx: não é a assinatura de Marx, mas, no sentido estrito, o «pensamento» de Marx, que pode autentificar um texto como marxista.

Identificar os textos pré-marxistas e os textos marxistas, distinguir bem entre estas duas séries de textos, é algo que supõe todo um trabalho de crítica sobre a própria obra de Marx. Este trabalho de crítica indispensável foi iniciado [4]. É preciso saber que todo o discurso sobre a teoria marxista *supõe* este trabalho de crítica prévia.

Se encararmos sèriamente este trabalho prévio, é de supor que possamos em seguida responder a uma segunda questão: poderemos extrair das obras marxistas de Marx (por ex.,

[4] Cf. *Pour Marx* e *Lire le Capital* em que se retomaram e desenvolveram distinções transmitidas pela tradição marxista.

O Capital) certos princípios marxistas quando estas mesmas obras não os tratam ou enunciam, nem directa, nem explìcitamente? Com que direito e por que processos podemos fazê-lo? Consideremos, por exemplo, a concepção marxista da *filosofia:* nas obras de «Juventude» e na *Ideologia Alemã,* Marx fala muito de filosofia mas quase não se lhe refere ou não se lhe refere mesmo, em *O Capital*. Sabendo que as obras de «Juventude» de Marx não são «marxistas», não consideraremos como marxistas as suas fórmulas sobre a filosofia: não poderemos conservá-las. Procuraremos portanto, em *O Capital,* algo com que definir a filosofia marxista. Ora *O Capital* não nos dá os princípios da filosofia marxista como tal, dado que não trata da filosofia que, aliás, não é o seu objecto, mas do modo de produção capitalista.

No entanto, a filosofia marxista está em *O Capital,* que é uma «*realização*» dela. Diremos então que a filosofia marxista pode ser encontrada em *O Capital* dado que está *nele*

praticada. Diremos que a filosofia marxista existe em *O Capital «no estado prático»,* que está presente na prática teórica do *Capital,* muito precisamente na *maneira* de conceber o objecto do *Capital,* na *maneira* de colocar os seus problemas, na *maneira* de os tratar e de os resolver. A expressão *«no estado prático»* não deve induzir-nos em erro. Designa, neste caso, um modo de existência da filosofia numa obra *científica,* numa prática teórica, portanto um modo de existência *teórico,* e não (como veremos dentro em pouco) um modo de existência numa obra *política* e histórica, portanto prática no sentido corrente do termo. A existência da filosofia marxista *«no estado prático»* em *O Capital* designa a modalidade própria da existência do objecto, dos problemas, do método científico, portanto teórico, do *Capital.* Dizer que a filosofia marxista se encontra no estado prático em *O Capital* significa pois que o conteúdo da filosofia marxista está bem presente no Capital, mas que lhe falta a sua *forma* teórica. O materialismo

dialéctico (filosofia marxista) não é aqui tratado por si só, distintamente, independentemente do materialismo histórico (ciência da história), mas em, por, e através deste capítulo do materialismo histórico, que analisa a essência do modo de produção capitalista.

É o facto de a filosofia marxista «no estado prático» existir em *O Capital,* que nos permite, em direito, «extrair» a concepção marxista da filosofia, do *Capital.* Se a filosofia marxista não estivesse presente em *O Capital,* não poderíamos extraí-la desta obra. Se ela lá estivesse presente, não só no seu conteúdo, mas também na sua forma, portanto explìcitamente e com todas as letras, não teríamos necessidade de a «extrair». Como ela está lá presente «no estado prático» (conteúdo), e não no estado teórico (forma), devemos dar ao seu conteúdo a sua forma própria. Para isso, devemos identificar o seu conteúdo e dar-lhe a forma correspondente.

Este trabalho é um verdadeiro trabalho teórico: não só um trabalho de simples *ex-*

tracção, abstracção no sentido empirista, mas um trabalho de elaboração, de transformação e de produção que exige grandes esforços. Pelo menos podemos levá-lo a cabo, a partir do momento em que sabemos que a filosofia marxista pode existir realmente, em acto, no *estado prático,* independentemente da sua forma e, portanto, da sua formulação *teórica.* E ao afirmar esta possibilidade, devemos saber que não afirmamos apenas um facto («é assim»), mas um princípio fundamental do próprio marxismo, um princípio que, no limite, diz respeito à relação de uma filosofia e de uma ciência, à relação da teoria e da prática: o princípio que quer que a filosofia exista na *prática* das ciências, antes de existir por si.

Compreende-se que o que acabámos de dizer, a propósito dos princípios da filosofia marxista, é válido para um grande número de outros princípios do marxismo: necessitamos por vezes de os «extrair», através de um grande trabalho de elaboração, de transformação e de produção teóricas, do «estado prá-

tico» no qual nos são dados nos textos de Marx e dos seus sucessores. O que é válido até para determinados princípios essenciais (*exemplos:* a filosofia, a união da teoria e da prática, etc.), vale evidentemente, e com mais razão, para as suas consequências. Marx não «disse tudo», não só porque não teve tempo, mas porque «dizer tudo» não tem sentido para um sábio: só uma religião pode pretender «dizer tudo». Pelo contrário, uma teoria científica tem sempre, por definição, *outras coisas* a dizer, dado que só existe para descobrir nas suas próprias soluções, tantos, senão mais problemas do que resolve. Para definirmos determinados conceitos marxistas e as suas consequências, deveremos, portanto, «extraí-los» das obras de Marx e dos seus sucessores, e prolongar-lhes os efeitos por meio de um trabalho complexo de elaboração e de produção teóricas.

Este trabalho indispensável e difícil foi, aliás, tentado de uma forma rudimentar, por-

tanto imperfeita ([5]). Mas é preciso saber que todo o discurso sobre a teoria marxista supõe este trabalho, sem o qual continuaríamos muitas vezes a recolocar e a rebaptizar as «pedras angulares» (Lenine) lançadas por Marx.

É claro, e esta observação é absolutamente determinante, que não estamos sós face às obras de Marx, e ao *Capital*. O trabalho de elaboração ao qual acabo de aludir é feito desde há muito, e encontramos os seus resultados nas obras teóricas dos grandes discípulos de Marx. Encontramos, por exemplo, em Engels e Lenine, com que abordar explícita e directamente alguns dos princípios que se encontram apenas no «estado prático» em *O Capital*, *O Anti-Düring*, a *Dialéctica da Natureza* e o *Materialismo e empiro-criticismo*, o que nos permite, por exemplo, colocar em termos muito mais explícitos o problema, que permanece implícito em *O Capital*, da natureza da

([5]) Cf. *Pour Marx* e *Lire le Capital.*

filosofia marxista, da relação da teoria e da prática, etc. O mesmo acontece com outros princípios que relevam do materialismo histórico, por exemplo, o conceito de *formação social*, o conceito de *combinação de vários modos de produção em qualquer formação social:* Lenine formulou-os, «extraindo-os» de Marx através de uma elaboração teórica rigorosa, etc.

Toda a obra sobre a teoria marxista deve começar por bem identificar e consignar os resultados que devemos a Marx e aos seus sucessores, e, dentro dos limites objectivamente possíveis, deve prosseguir este esforço. É claro que devemos aplicar às obras dos sucessores de Marx o mesmo método de «extracção-elaboração» teórica. Conseguiremos assim «extrair» estes ou aqueles elementos teóricos presentes nestas obras no «estado prático», para dar ao seu conteúdo teórico uma forma teórica adequada.

Compreende-se então que este trabalho, se não for uma simples «extracção», mas uma

tracção, abstracção no sentido empirista, mas um trabalho de elaboração, de transformação e de produção que exige grandes esforços. Pelo menos podemos levá-lo a cabo, a partir do momento em que sabemos que a filosofia marxista pode existir realmente, em acto, no *estado prático,* independentemente da sua forma e, portanto, da sua formulação *teórica.* E ao afirmar esta possibilidade, devemos saber que não afirmamos apenas um facto («é assim»), mas um princípio fundamental do próprio marxismo, um princípio que, no limite, diz respeito à relação de uma filosofia e de uma ciência, à relação da teoria e da prática: o princípio que quer que a filosofia exista na *prática* das ciências, antes de existir por si.

Compreende-se que o que acabámos de dizer, a propósito dos princípios da filosofia marxista, é válido para um grande número de outros princípios do marxismo: necessitamos por vezes de os «extrair», através de um grande trabalho de elaboração, de transformação e de produção teóricas, do «estado prá-

tico» no qual nos são dados nos textos de Marx e dos seus sucessores. O que é válido até para determinados princípios essenciais (*exemplos:* a filosofia, a união da teoria e da prática, etc.), vale evidentemente, e com mais razão, para as suas consequências. Marx não «disse tudo», não só porque não teve tempo, mas porque «dizer tudo» não tem sentido para um sábio: só uma religião pode pretender «dizer tudo». Pelo contrário, uma teoria científica tem sempre, por definição, *outras coisas* a dizer, dado que só existe para descobrir nas suas próprias soluções, tantos, senão mais problemas do que resolve. Para definirmos determinados conceitos marxistas e as suas consequências, deveremos, portanto, «extraí-los» das obras de Marx e dos seus sucessores, e prolongar-lhes os efeitos por meio de um trabalho complexo de elaboração e de produção teóricas.

Este trabalho indispensável e difícil foi, aliás, tentado de uma forma rudimentar, por-

tanto imperfeita [5]. Mas é preciso saber que todo o discurso sobre a teoria marxista supõe este trabalho, sem o qual continuaríamos muitas vezes a recolocar e a rebaptizar as «pedras angulares» (Lenine) lançadas por Marx.

É claro, e esta observação é absolutamente determinante, que não estamos sós face às obras de Marx, e ao *Capital*. O trabalho de elaboração ao qual acabo de aludir é feito desde há muito, e encontramos os seus resultados nas obras teóricas dos grandes discípulos de Marx. Encontramos, por exemplo, em Engels e Lenine, com que abordar explícita e directamente alguns dos princípios que se encontram apenas no «estado prático» em *O Capital, O Anti-Düring*, a *Dialéctica da Natureza* e o *Materialismo e empiro-criticismo,* o que nos permite, por exemplo, colocar em termos muito mais explícitos o problema, que permanece implícito em *O Capital,* da natureza da

(5) Cf. *Pour Marx* e *Lire le Capital.*

filosofia marxista, da relação da teoria e da prática, etc. O mesmo acontece com outros princípios que relevam do materialismo histórico, por exemplo, o conceito de *formação social,* o conceito de *combinação de vários modos de produção em qualquer formação social:* Lenine formulou-os, «extraindo-os» de Marx através de uma elaboração teórica rigorosa, etc.

Toda a obra sobre a teoria marxista deve começar por bem identificar e consignar os resultados que devemos a Marx e aos seus sucessores, e, dentro dos limites objectivamente possíveis, deve prosseguir este esforço. É claro que devemos aplicar às obras dos sucessores de Marx o mesmo método de «extracção-elaboração» teórica. Conseguiremos assim «extrair» estes ou aqueles elementos teóricos presentes nestas obras no «estado prático», para dar ao seu conteúdo teórico uma forma teórica adequada.

Compreende-se então que este trabalho, se não for uma simples «extracção», mas uma

verdadeira elaboração, só raramente se limita à produção de uma *forma* por medida, própria a encaixar num *conteúdo* já pronto. Com efeito, não basta crer que o problema reside em *identificar* um *conteúdo* já adequado para, em seguida, se lhe dar a forma que lhe convém, tal como se escolhe um fato por medida. Não existe conteúdo puro. Todo o conteúdo é sempre dado sob uma certa forma. Dar uma forma adequada a um conteúdo teórico existente «no estado prático», supõe pois, quase sempre, duas operações conjuntas: a rectificação crítica da antiga forma e a produção da nova, num só e mesmo processo. Isto significa que a produção da nova forma teórica *mais* adequada supõe a crítica da antiga, portanto a percepção da sua inadequação, e das razões desta inadequação. Isto significa que um trabalho de elaboração teórica, mesmo que se debruce sobre conteúdos teóricos existentes no «estado prático» num discurso teórico, supõe uma rectificação crítica do que é dado no estado prático. Não há nisto nada de espantoso; é assim

que procede toda a disciplina teórica no seu desenvolvimento. Uma ciência ou uma filosofia novas, mesmo revolucionárias, começam sempre algures num determinado universo de conceitos e de palavras existentes, portanto histórica e teòricamente determinados; é em função de conceitos e de termos disponíveis que toda a teoria nova, mesmo revolucionária, deve encontrar com que pensar e exprimir a sua novidade radical. Até para pensar o seu conteúdo *contra* o conteúdo do antigo universo de pensamento, toda a teoria está condenada a pensar o seu novo conteúdo em *determinadas* formas do universo teórico existente, que ela vai abalar. Nem Marx nem os seus sucessores escaparam a esta condição, que comanda a dialéctica de toda a produção teórica. É por isso que temos não só de revogar os conteúdos pré-marxistas do pensamento de juventude de Marx, mas também de criticar, em nome da lógica e da coerência do sistema dos princípios marxistas, algumas das *formas* sob as quais surgiu o novo conteúdo.

Esta regra vale também para determinadas *formas* de existência «no estado prático» dos princípios teóricos marxistas nas obras de maturidade de Marx e dos seus sucessores. É por isso que toda a produção de uma forma adequada para um conteúdo teórico «no estado prático» é, de facto, ao mesmo tempo, uma *rectificação* crítica da antiga forma, sob a qual este conteúdo existe no «estado prático».

O que interessa compreender bem, é que esta operação de rectificação crítica não é imposta *do exterior* às obras de Marx e dos seus sucessores, mas que resulta da *aplicação*, do *debruçar* destas obras *sobre si próprias:* muito precisamente, da *aplicação* das suas formas mais elaboradas sobre as suas formas menos elaboradas, ou, se se preferir, dos seus conceitos mais elaborados sobre os menos elaborados, ou ainda do seu sistema teórico sobre determinados termos do seu discurso, etc. ... Esta aplicação faz precisamente surgir «falhas», «jogos», lacunas, inadequações,

que a rectificação pode então reduzir. Todo este trabalho se faz simultâneamente: é pela clarificação das formas e dos conceitos mais elaborados, do sistema teórico, etc., que pode efectuar-se a rectificação; e é a rectificação que permite evidenciar formas, conceitos e sistemas que lhe fixam os seus objectos. Será preciso dar exemplos disto? É pela *aplicação* do sistema conceptual dos *Manuscritos de 44*, uma das obras de «Juventude» de Marx, que o corte teórico existente entre os dois textos se torna visível: é assim, mais precisamente, pela aplicação do conceito de «*trabalho assalariado*» (que figura em *O Capital*) ao conceito de «*trabalho alienado*» (que figura nos *Manuscritos de 44*) que se torna visível o carácter ideológico, não científico, do conceito de «trabalho alienado» e, portanto, do conceito de «alienação» que está na sua base. Da mesma maneira, é pela *aplicação,* no interior do próprio *Capital,* dos conceitos bem definidos de processo de trabalho, de força de trabalho, de trabalho concreto, trabalho abstracto, traba-

lho assalariado, etc. ... ao conceito de «*trabalho*» (que se encontra também em *O Capital*), que se descobre que este conceito de *trabalho* (só por si) não é em *O Capital* senão uma palavra, uma das formas antigas que pertencem ao sistema conceptual da economia política clássica e da filosofia de Hegel. Marx serviu-se destas formas, mas para chegar a novos conceitos que em *O Capital* tornam esta forma supérflua, e que constituem a sua crítica. É extremamente importante sabê-lo para evitar tomar esta palavra (trabalho) por um conceito marxista: de outro modo, pode ser-se tentado, como hoje vemos tantas vezes, a construir, a partir dele, todas as interpretações idealistas ou espiritualistas do marxismo como filosofia do trabalho, da «criação do homem pelo homem», como humanismo, etc.

Tal é pois a primeira resposta que pode dar-se à questão: onde «buscar», donde «extrair» os princípios do marxismo? — *Nas obras teóricas de Marx e dos seus sucessores.* Com a condição prévia de identificar bem, en-

tre as obras de Marx, as que são marxistas. Com a condição de, em seguida, se saber que os princípios marxistas nos podem ser dados nestas obras quer em si, numa forma teórica adequada, quer sob outra forma, no estado prático. Com a condição enfim de se saber que «extrair» das obras de Marx e dos seus sucessores alguns princípios do marxismo, sobretudo quando estes se encontram nelas no estado prático, supõe uma elaboração que deve por vezes assumir a forma de um trabalho de *rectificação* crítica.

2) No entanto, tudo isto diz apenas respeito às obras *teóricas* dos clássicos do marxismo. Necessitamos agora de falar de outra coisa: das obras *práticas* do marxismo, isto é, da prática política das organizações da luta de classes surgidas da união da teoria marxista e do movimento operário, e dos seus resultados.

Mostrámos que os princípios marxistas podem existir «no estado prático» nas obras *teóricas* do marxismo. É preciso mostrar

agora que podem também existir «no estado prático» nas obras *práticas* do marxismo.

A prática política dos partidos comunistas pode, com efeito, conter no estado prático determinados princípios marxistas, ou algumas das suas consequências teóricas, que não se encontram nas análises teóricas existentes. Do ponto de vista do próprio *conteúdo teórico,* a prática política da organização da luta de classes pode encontrar-se, em determinados casos e sobre determinados pontos, e por vezes profundamente, *em avanço* relativamente à teoria existente. Podemos portanto «extrair» da prática política elementos teóricos que ela contém, e que estão em avanço relativamente ao estado da teoria existente.

É bem de ver que não nos referimos a qualquer prática «espontânea», mas à prática dos partidos revolucionários que fundam a sua organização e a sua acção na teoria marxista. É bem de ver que não nos referimos a qualquer destas práticas mesmo «fundada» sobre a teoria marxista, mas a uma prática

cuja relação com a teoria marxista seja correcta (6). Sob esta dupla reserva, a prática política de um partido revolucionário, a estrutura da sua organização, os seus objectivos, as formas da sua acção, a sua direcção da luta de classes, os seus resultados históricos, etc. ... constituem a *realização* da teoria marxista em condições reais-concretas determinadas. Como estes princípios são teóricos, se esta realização for correcta, ela produz, inevitàvelmente, resultados que têm um valor *teórico.* Entre estes resultados, alguns representam simplesmente a aplicação de princí-

---

(6) Por exemplo, a prática política dos partidos da II Internacional no início deste século: A sua relação mecanicista, economista e evolucionista, com a teoria marxista está essencialmente *falseada.* Não encontraremos nela, no «estado prático», *efeitos teóricos positivos,* mas efeitos negativos, regressivos, cujo exame teórico pode ser fecundo, mas com a condição de o concebermos como exame de uma forma de *patologia* histórica.

pios teóricos já conhecidos, e já enunciados pela teoria; outros, por outro lado, podem representar elementos teóricos, efeitos ou até princípios teóricos novos, que não figuram no estado actual da teoria. Sob as condições que acabamos de mencionar, é assim que a prática política dos partidos revolucionários marxistas pode conter, no *estado prático*, elementos, efeitos ou princípios teóricos *em avanço* relativamente à teoria existente.

É por isso que à questão: onde encontraremos os princípios do marxismo?, podemos responder: *simultâneamente* nas obras *teóricas* dos clássicos do marxismo, e nas obras *práticas* dos partidos comunistas.

Precisemos o que é preciso entender por «obras práticas» ou prática política dos partidos comunistas.

Podem ser análises *políticas* da situação concreta, *resoluções* fixando a linha do partido, discursos políticos que a definam e a comentem, *palavras de ordem* que registem decisões políticas ou que delas extraiam con-

clusões. Podem ser as *acções* empreendidas, a *maneira* como são conduzidas ou os resultados que obtêm. Podem ser as *formas de organização* da luta de classes, a distinção dos seus diferentes níveis, e das diferentes organizações correspondentes. Podem ser os *métodos de direcção* da luta de classes e de união com as massas, *a maneira* de resolver os problemas da união da teoria e da prática no partido, entre a direcção e a base, entre o partido e as massas, etc., etc.

São estas algumas *formas* da prática dos partidos comunistas. São elas que podem conter, no estado prático, elementos ou efeitos teóricos novos, que podem «realizar», e portanto produzir *princípios* ainda ausentes da própria teoria. Portanto, estes elementos teóricos novos não devem ir buscar-se apenas às análises, às decisões e aos discursos políticos ou às acções empreendidas, mas também às formas de organização e aos métodos de direcção da luta de classes.

Tomemos um exemplo:

É corrente procurar-se o desenvolvimento dos princípios teóricos do marxismo nas obras *teóricas* de Lenine. Todos reconhecem o que Lenine deu ao movimento operário através da sua teoria do imperialismo. No entanto, deu-lhe mais ainda. E se quisermos encontrar as marcas dos maiores acontecimentos *teóricos* que se produziram depois de Marx e Engels, não é só nos textos *teóricos* de Lenine que é preciso procurá-las, mas também nos seus textos *políticos*. As mais profundas descobertas teóricas de Lenine, as mais fecundas, estão contidas sobretudo nos seus textos *políticos*, portanto naquilo que constitui o «resumo» da sua *prática política*. Para dar *apenas um* exemplo, os textos políticos de Lenine (análises da situação e das suas variações, decisões tomadas e análises dos seus efeitos, etc.) dão-nos, com uma insistência extraordinária, *no estado prático,* um conceito *teórico* cuja importância é capital: o de «momento actual» ou de *conjuntura*. Este conceito (ou princípio) que Lenine produziu na acção de um partido marxista, para dirigir a sua luta, é um princípio marxista absolutamente fundamental, não só para o materialismo histórico, mas também, como mostraremos brevemente, para o materialismo dialéctico: no entanto, não figurava pròpriamente na teoria marxista existente.

Basta um pouco de atenção para discernirmos o que nos traz de decisivo este novo conceito teórico. Não só nos esclarece sobre a teoria marxista da história, sobre as formas de *variação da predominância* no interior da estrutura social, na base da determinação em última instância pelo económico, e portanto sobre a periodização histórica (essa «cruz» dos historiadores); não só permite pela primeira vez enunciar uma teoria, isto é, um verdadeiro pensamento da possibilidade de acção política, enfim liberto das falsas antinomias da «liberdade» e da «fatalidade» (o «jogo» das variações de predominância na conjuntura), e das condições reais da prática política atribuindo-lhe o seu objecto (a relação

das forças de classes comprometidas na luta do «momento actual») ; não só permite pensar a articulação das diferentes instâncias cuja conjunção dos efeitos sobredeterminados pode *ler-se* na conjuntura; mas permite também colocar de maneira concreta o problema da união da teoria e da prática, isto é, uma das questões mais profundas do materialismo dialéctico não só no domínio da prática política, mas também no domínio da prática teórica (pois a conjuntura teórica define, na sua relação com a conjuntura não-teórica e sobretudo com a conjuntura política, a ligação que permite pensar, na necessidade do seu «jogo», a natureza da prática teórica).

Que um princípio de uma fecundidade tal e de uma tal importância teóricas esteja contido no estado prático nas análises e nas intervenções políticas de Lenine de 1917 a 1923, é um facto incontestável. Que este princípio tenha permanecido no estado prático sem que ninguém tenha sido tentado a «extraí-lo» das obras políticas de Lenine é também, infelizmente, um facto. Um tesouro teórico estava, ali, à mão, nas obras políticas de Lenine: ninguém o «descobriu», e permaneceu estéril. Apesar de oficialmente proclamado, o primado da prática, e da prática política, não inspirou investigações sistemáticas sobre as obras políticas de Lenine. Contudo, os partidos comunistas, através da sua prática, extraíram delas grandes ensinamentos. Mas, à excepção dos «*Problemas do leninismo*» de Staline, não houve estudo teórico sistemático sobre os princípios políticos de Lenine. Também não se extraiu da prática política de Lenine nenhuma obra teórica sistemática referente aos conceitos teóricos do materialismo histórico e do materialismo dialéctico, e portanto sobre as importantes descobertas teóricas, isto é, filosóficas, produzidas pela *prática política* de Lenine. Também é verdade que numerosos conceitos teóricos permaneceram no «estado prático» nas obras do próprio Marx. A que deveremos esta situação lamentável cujos efeitos se fazem hoje sentir dolorosamente? A ur-

gência das tarefas políticas do movimento operário, a quem o inimigo de classe não deixou tempo para estudos tranquilos: sem dúvida. Mas também à concepção que os «intelectuais da classe operária» criaram do marxismo, cortados como estavam, quer de uma prática real, quer da prática que produziu a sua teoria, e assim, submetidos, apesar da sua fidelidade política, às ideologias burguesas, empirismo, evolucionismo, humanismo, pragmatismo, que eles projectavam sobre os grandes textos dos clássicos, como sobre as grandes obras do movimento operário. Seja como for, esta situação desenha, diante de nós, uma tarefa precisa: extrair de Marx, de Lenine e dos grandes dirigentes comunistas não só o que disseram nas suas obras teóricas, mas ainda o que essas obras contêm no estado prático, assim como o que as suas obras políticas contêm de descobertas teóricas. Tarefa urgente.

Os grandes acontecimentos teóricos não se passam portanto sempre, nem exclusiva-

mente, na teoria: acontece que se passam também na *política*, e que, assim, a prática política, em alguns dos seus sectores, encontra-se em avanço relativamente à teoria. Acontece que a teoria não se dá conta destes acontecimentos teóricos que se passam para além do seu campo reconhecido e oficial, quando afinal, em muitos aspectos, eles são decisivos para o seu próprio desenvolvimento (7).

Se, para retomar uma excelente fórmula (aplicada por G. Canguilhem a Galileu), afirmamos que o que caracteriza a teoria é *«dizer a verdade»*, no sentido estrito da palavra «dizer», isolá-la, defini-la, enunciá-la e demonstrá-la com argumentos teóricos, portanto num *discurso* submetido, como queria Marx,

---

(7) É certo que, dando outro exemplo, a teoria marxista não extraiu ainda tudo o que lhe é possível da dialéctica teoria-prática e direcção-massas contidas na decisão de Lenine de retomar a palavra de ordem dos «Sovietes» ou das suas análises das fases de transição do período revolucionário.

a uma «ordem de exposição» rigorosa, devemos, simultâneamente, constatar que se pode «*estar na verdade*», sem, por essa razão, se estar em estado de «dizer a verdade».

Esta distinção pode entender-se num sentido muito lato: «está-se na verdade» não só quando se a «diz», mas também quando se produz «no estado prático» um conteúdo teórico, sem produzir simultâneamente a sua forma teórica adequada, a do seu «dizer», ou do seu discurso teórico. Vimos assim que se pode estar na verdade, *na própria teoria,* sem, no entanto, *dizer* a verdade. É assim que a filosofia marxista se encontra no estado prático em *O Capital: O Capital* insere-se precisamente na filosofia marxista, sem por isso a «dizer», sem lhe produzir o discurso rigoroso.

Acabámos de ver que se pode assim «estar na verdade» na prática política, sem no entanto nela «dizer» essa verdade, no sentido estrito do discurso teórico.

Esta possibilidade de estar na verdade sem dizer a verdade, a distinção entre um con-

teúdo teórico no estado prático e um conteúdo teórico no estado teórico, todas estas proposições não são comodidades ou artifícios de uma *retórica* da exposição: são proposições que dizem directamente respeito ao marxismo em si, dado que põem em causa a relação da teoria e da prática, que afirmam o «primado da prática», simultâneamente na teoria e na prática, e também, o que é de primeira importância, dado que nos mostram as variações desta relação que pode oscilar entre os limites extremos de uma relação falsa e de uma relação correcta.

Pois, se é verdade que um conteúdo teórico novo pode existir no estado prático na teoria marxista ou na prática dos partidos comunistas, não é verdade que tudo o que nelas existe no «estado prático» possui um valor teórico. Não é certo que se esteja na verdade pelo simples facto de se estar na «prática», da mesma maneira que não é certo que se esteja na verdade pelo simples facto de se decidir «dizê-la», isto é, pelo simples

facto de nos exprimirmos através de um discurso do tipo «teórico», pelo simples facto de se «fazer» teoria. Neste caso, já dizia Feuerbach, todos os faladores seriam sábios. Pode portanto «fazer-se» má prática, como se pode «fazer» má teoria. Temos, na ordem prática como na ordem teórica, um exemplo ilustre, sobre o qual Lenine nos esclareceu: o Revisionismo teórico e político da II Internacional.

Mas este exemplo volta a pôr-nos este último problema teórico: quais são, na prática teórica do marxismo, e na sua prática política, as condições a observar para assegurar uma *união correcta* da teoria e da prática, isto é, para assegurar esta união contra os desvios a que está exposta? A resposta a esta pergunta depende de uma teoria *geral* da união da teoria e da prática, simultâneamente no campo da prática teórica e no campo da prática política, e de uma teoria da *articulação* destes dois campos: teoria que só pode ser *geral* na condição de incluir em si a teoria dos limites extremos de variação desta união

(união falseada, união correcta). Também não estamos desarmados para colocar e resolver este problema difícil e urgente: dispomos de toda a experiência da luta ideológica (luta de Engels e de Lenine contra o dogmatismo e o revisionismo teóricos) e da luta política (luta contra o dogmatismo e o revisionismo políticos) dos partidos comunistas. Também neste caso dispomos de uma experiência que contém, sem dúvida alguma, no estado prático, documentos históricos do maior alcance teórico. Basta pormo-nos ao trabalho.

Neste trabalho, os recursos levam de longe a melhor sobre as dificuldades.

in «*La Pensée*», n.º 132, Abril de 1967

ÍNDICE